



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

**RELATÓRIO CONTÁBIL
3º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021**

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério das Comunicações, relativas ao 3º trimestre do exercício de 2021.

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Fábio Salustino Mesquita de Faria

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Maria Estella Dantas Antonichelli

SECRETÁRIA-EXECUTIVA ADJUNTA

Flávia Duarte Nascimento

SUBSECRETARIO DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Djair Fiorillo Lopes

COORDENADORA GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Lílian Almeida Barra

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

Lígia de Almeida Silva

DIVISÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL E DE CUSTOS

Emerson Costa Nogueira Sousa

Contexto Operacional

O Ministério das Comunicações – MCom – é órgão da administração federal direta, criado pela Lei 14.074, de 14 de outubro de 2020.

Integram a estrutura básica do Ministério das Comunicações, a Secretaria Executiva, a Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM, composta pela Secretaria de Publicidade e Promoção – SEPUP e Secretaria de Comunicação Institucional – SECOI; a Secretaria de Radiodifusão – SERAD; e a Secretaria de Telecomunicações – SETEL. Estão vinculados ao MCom a Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebras; a Empresa Brasil Comunicação – EBC; A Agencia Nacional de Telecomunicações – ANATEL; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios; o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST; e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL.

O Ministério das Comunicações tem como missão ampliar a conectividade, aprimorar a qualidade dos serviços de comunicação e assegurar a prestação de informações governamentais essenciais à proteção da soberania nacional e ao exercício da cidadania.

Constituem áreas de competência do Ministério:

- ✓ Política nacional de telecomunicações;
- ✓ Política nacional de radiodifusão;
- ✓ Serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;
- ✓ Política de comunicação e divulgação do governo federal;
- ✓ Relacionamento do governo federal com a imprensa regional, nacional e internacional;
- ✓ Convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão;
- ✓ Pesquisa de opinião pública; e
- ✓ Sistema brasileiro de televisão pública.

Tendo como visão institucional tornar o Brasil país referência na democratização do acesso a tecnologias de comunicação, na promoção da liberdade de pensamento e na garantia do direito à informação de qualidade, o Ministério das Comunicações objetiva, como geração de resultados para a sociedade:

- ✓ Promover a competitividade, assegurar investimentos e ampliar a oferta dos serviços de radiodifusão à população do Brasil;
- ✓ Garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital;
- ✓ Promover a divulgação de informações governamentais necessárias ao pleno exercício da cidadania; e
- ✓ Modernizar, ampliar e melhorar a qualidade da prestação dos serviços postais.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

Demonstrações Contábeis, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério das Comunicações e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta, parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõem as principais Demonstrações Contábeis do Ministério das Comunicações o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

- Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

- Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

- Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da ação, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado deferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.
- Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo e está de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.
- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - i. Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - ii. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário
 - iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro, caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		
Receitas Orçamentárias	2.129.396.347,86		- Despesas Orçamentárias			1.842.619.094,69	-
Ordinárias	-		Ordinárias			904.794.553,02	-
Vinculadas	2.129.803.204,77		Vinculadas			937.824.541,67	-
Previdência Social (RPPS)	-		Educação			3.681.000,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.129.803.204,77		Seguridade Social (Exceto Previdência)			33.305.416,07	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-406.856,91		Previdência Social (RPPS)			3.943.615,77	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.993.327.226,05		Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			896.894.509,83	
Resultantes da Execução Orçamentária	1.618.311.816,21		- Transferências Financeiras Concedidas			5.930.755.580,34	-
Cota Recebida	791.944.838,81		Resultantes da Execução Orçamentária			849.771.271,21	-
Repasso Recebido	677.146.686,27		Repasso Concedido			698.011.376,70	
Sub-repasso Recebido	148.633.791,28		Sub-repasso Concedido			148.633.791,28	
Repasso Devolvido	40.048,86		Cota Devolvida			2.539.603,38	
Sub-repasso Devolvido	546.450,99		Repasso Devolvido			40.048,86	
Independentes da Execução Orçamentária	375.015.409,84		Sub-repasso Devolvido			546.450,99	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	316.838.542,82		- Independentes da Execução Orçamentária			5.080.984.309,13	-
Demais Transferências Recebidas	905.695,77		Transferências Concedidas para Pagamento de RP			185.220.123,87	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.783.409,77		Demais Transferências Concedidas			1.766.263.372,56	
Movimentações para Incorporação de Saldos	55.487.761,48		Movimento de Saldos Patrimoniais			3.129.500.812,70	
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS			-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS			-	-
Recebimentos Extraorçamentários	2.157.614.220,65		-			294.379.198,43	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	72.074.569,09		Pagamentos Extraorçamentários			52.078.392,71	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	714.292.609,62		Pagamento dos Restos a Pagar Processados			206.605.622,84	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	85.410.125,32		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados			35.689.518,12	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.285.836.916,62		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			5.664,76	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	99.458,92		Outros Pagamentos Extraorçamentários			5.664,76	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.259.224.559,21		Valores Compensados				
Demais Recebimentos	26.512.898,49		- Saldo para o Exercício Seguinte			5.282.187.078,76	-
Saldo do Exercício Anterior	7.069.603.157,66		Caixa e Equivalentes de Caixa			5.282.187.078,76	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.069.603.157,66		- TOTAL			13.349.940.952,22	-
TOTAL	13.349.940.952,22						

2. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO (em R\$)
RECEITAS CORRENTES	3.768.941.237,00	3.768.941.237,00	2.084.325.485,50	-1.684.615.751,50
Receitas Tributárias	1.396.957.519,00	1.396.957.519,00	243.948.096,66	-1.153.009.422,34
Taxes	1.396.957.519,00	1.396.957.519,00	243.948.096,66	-1.153.009.422,34
Receitas de Contribuições	1.121.266.964,00	1.121.266.964,00	879.425.029,03	-241.841.934,97
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.121.266.964,00	1.121.266.964,00	879.425.029,03	-241.841.934,97
Receita Patrimonial	426.356.636,00	426.356.636,00	186.423.691,39	-239.932.944,61
Valores Mobiliários	71.101.141,00	71.101.141,00	53.789.783,09	-17.311.357,91
Delegação de Serviços Públicos	355.255.495,00	355.255.495,00	132.633.908,30	-222.621.586,70
Receitas de Serviços	562.973.912,00	562.973.912,00	162.676.285,39	-400.297.626,61
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	562.973.912,00	562.973.912,00	162.396.389,03	-400.577.522,97
Outros Serviços	-	-	279.896,36	279.896,36
Transferências Correntes	110.599.992,00	110.599.992,00	41.058.746,47	-69.541.245,53
Outras Receitas Correntes	150.786.214,00	150.786.214,00	570.793.636,56	420.007.422,56
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	80.786.214,00	80.786.214,00	570.137.430,63	489.351.216,63
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	70.000.000,00	70.000.000,00	89.816,03	-69.910.183,97
RECEITAS DE CAPITAL	1.078.314.069,00	1.078.314.069,00	45.070.862,36	-1.033.243.206,64
Operações de Crédito	1.033.243.207,00	1.033.243.207,00	-	-1.033.243.207,00
Operações de Crédito Internas	1.033.243.207,00	1.033.243.207,00	-	-1.033.243.207,00
Amortização de Empréstimos	45.070.862,00	45.070.862,00	45.070.862,36	0,36
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.847.255.306,00	4.847.255.306,00	2.129.396.347,86	-2.717.858.958,14
TOTAL	4.847.255.306,00	4.847.255.306,00	2.129.396.347,86	-2.717.858.958,14

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.985.158.121,00	2.806.224.642,00	1.749.494.652,01	1.082.782.503,53	1.012.011.526,70	1.056.729.989,99
Pessoal e Encargos Sociais	1.371.111.133,00	1.217.884.869,00	784.510.779,70	615.523.245,18	562.646.128,18	433.374.089,30
Juros e Encargos da Dívida	13.200.000,00	13.200.000,00	10.273.137,49	7.715.145,82	7.715.145,82	2.926.862,51
Outras Despesas Correntes	1.600.846.988,00	1.575.139.773,00	954.710.734,82	459.544.112,53	441.650.252,70	620.429.038,18
DESPESAS DE CAPITAL	538.366.527,00	556.815.949,00	93.124.442,68	45.543.981,54	44.240.389,28	463.691.506,32
Investimentos	119.396.107,00	137.845.529,00	46.511.533,36	10.584.299,55	9.280.707,29	91.333.995,64
Inversões Financeiras	368.570.420,00	368.570.420,00	-	-	-	368.570.420,00
Amortização da Dívida	50.400.000,00	50.400.000,00	46.612.909,32	34.959.681,99	34.959.681,99	3.787.090,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.219.212.092,00	1.219.212.092,00	-	-	-	1.219.212.092,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.742.736.740,00	4.582.252.683,00	1.842.619.094,69	1.128.326.485,07	1.056.251.915,98	2.739.633.588,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.742.736.740,00	4.582.252.683,00	1.842.619.094,69	1.128.326.485,07	1.056.251.915,98	2.739.633.588,31
SUPERAVIT			286.777.253,17			-286.777.253,17
TOTAL	4.742.736.740,00	4.582.252.683,00	2.129.396.347,86	1.128.326.485,07	1.056.251.915,98	2.452.856.335,14

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	115.893.145,62	124.831.066,65	146.546.422,29	146.374.159,76	28.756.047,81	65.594.004,70
Pessoal e Encargos Sociais	7.519.837,10	7.080.815,95	1.523.594,07	1.523.594,07	3.069.291,03	10.007.767,95
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	108.373.308,52	117.750.250,70	145.022.828,22	144.850.565,69	25.686.756,78	55.586.236,75
DESPESAS DE CAPITAL	35.455.367,23	127.595.970,59	60.271.023,46	60.231.463,08	1.823.406,61	100.996.468,13
Investimentos	33.108.980,23	127.595.970,59	60.271.023,46	60.231.463,08	1.823.406,61	98.650.081,13
Inversões Financeiras	2.346.387,00	-	-	-	-	2.346.387,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	151.348.512,85	252.427.037,24	206.817.445,75	206.605.622,84	30.579.454,42	166.590.472,83

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.252.314,11	53.430.357,04	50.789.270,84	307.899,92	10.585.500,39
Pessoal e Encargos Sociais	114.802,34	44.700.772,11	44.393.616,58	274.515,93	147.441,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.137.511,77	8.729.584,93	6.395.654,26	33.383,99	10.438.058,45
DESPESAS DE CAPITAL	7.394.384,29	1.289.397,63	1.289.121,87	-	7.394.660,05
Investimentos	7.394.384,29	1.289.397,63	1.289.121,87	-	7.394.660,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	15.646.698,40	54.719.754,67	52.078.392,71	307.899,92	17.980.160,44

3. Balanço Patrimonial

ATIVO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO		
ATIVO CIRCULANTE	5.807.706.269,43	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.282.187.078,76	-
Créditos a Curto Prazo	507.841.063,03	-
Clientes	132.662.476,84	
Créditos de Transferências a Receber	6.344.973,15	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.289.615,33	
Demais Créditos e Valores	398.482.241,73	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-32.938.244,02	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.726.292,08	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	13.951.835,56	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.173.567.102,37	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.702.077.867,83	-
Créditos a Longo Prazo	2.607.924.244,75	
Clientes	1.917.190,11	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.016.719.746,88	
Dívida Ativa Tributária	2.950.400.211,86	
Dívida Ativa Não Tributária	16.944.852.671,95	
Demais Créditos e Valores	278.988.060,87	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	19.584.953.636,92	
Estoques	62.788.826,63	-
VPDs Pagas Antecipadamente	31.364.796,45	
Investimentos	80.898.596,10	-
Participações Permanentes	80.898.596,10	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência	80.841.335,00	
Patrimonial		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	57.261,10	
Imobilizado	3.174.058.868,22	-
Bens Móveis	2.645.594.096,60	-
Bens Móveis	3.982.305.637,11	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.331.274.958,75	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-5.436.581,76	-
Bens Imóveis	528.464.771,62	-
Bens Imóveis	562.042.107,10	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-33.577.335,48	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	216.531.770,22	-
Softwares	89.056.252,73	-
Softwares	128.977.996,77	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-39.921.744,04	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	127.475.517,49	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	162.293.439,23	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-34.791.409,71	-
Ind.		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-26.512,03	-
TOTAL DO ATIVO	11.981.273.371,80	-

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	766.804.201,98	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	112.068.388,51	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	26.779.109,90	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	91.847.248,59	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	24.761.721,67	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	7.768.892,00	-
Provisões a Curto Prazo	78.174.005,35	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	425.404.835,96	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.364.626.561,50	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	199.480.628,60	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	148.083.353,36	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	66.173.168,54	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.950.889.411,00	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.131.430.763,48	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social	3.427.607.382,97	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	10.406.041,19	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	93.584.691,92	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	5.318.355.379,00	-
Resultado do Exercício	-2.095.014.760,94	-
Resultados de Exercícios Anteriores	7.351.873.208,34	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	61.496.931,60	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-110.886,76	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.849.842.608,32	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.981.273.371,80	-

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO		PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCIERO	5.437.452.243,72		- PASSIVO FINANCIERO	1.055.729.457,37
ATIVO PERMANENTE	6.543.821.128,08		- PASSIVO PERMANENTE	2.944.677.439,16
			SALDO PATRIMONIAL	7.980.866.475,27

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.966.925.238,99		- SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.538.059.872,81
Atos Potenciais Ativos	3.966.925.238,99		- Atos Potenciais Passivos	1.538.059.872,81
Garantias e Contragarantias	2.139.065.574,49		- Garantias e Contragarantias	-
Recebidas			Concedidas	
Direitos Conveniados e Outros	416.752.018,85		- Obrigações Conveniadas e Outros	75.977.643,33
Instrumentos Congêneres			Instrumentos Congêneres	
Direitos Contratuais	1.411.107.645,65		- Obrigações Contratuais	1.462.082.229,48
Outros Atos Potenciais Ativos	-		- Outros Atos Potenciais Passivos	-
TOTAL	3.966.925.238,99		- TOTAL	1.538.059.872,81

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-423.164.772,77
Recursos Vinculados		4.804.887.559,12
Educação		-3.681.000,00
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-6.504.352,94
Previdência Social (RPPS)		-
Dívida Pública		-7.225.102,22
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.822.298.014,28
TOTAL		4.381.722.786,35

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.729.863.896,03	-
INGRESSOS	5.448.800.294,57	-
Receita Tributária	243.948.096,66	-
Receita de Contribuições	879.425.029,03	-
Receita Patrimonial	132.634.008,30	-
Receita de Serviços	162.676.285,39	-
Remuneração das Disponibilidades	53.789.683,09	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	570.793.636,56	-
Transferências Recebidas	41.058.746,47	-
Outras Transferências Recebidas	41.058.746,47	-
Outros Ingressos Operacionais	3.364.474.809,07	-
Ingressos Extraorçamentários	85.410.125,32	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.993.327.226,05	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.259.224.559,21	-
Demais Recebimentos	26.512.898,49	-
DESEMBOLSOS	-7.178.664.190,60	-
Pessoal e Demais Despesas	-1.053.509.326,49	-
Administração	-59.458.223,78	-
Previdência Social	-17.358.123,78	-
Saúde	-19.941.125,74	-
Direitos da Cidadania	-1.170.112,06	-
Ciência e Tecnologia	-5.071.706,41	-
Agricultura	-1.931.134,72	-
Comunicações	-911.430.625,21	-
Transporte	-1.905.976,21	-
Encargos Especiais	-35.341.757,50	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	99.458,92	-
Juros e Encargos da Dívida	-7.715.145,82	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-7.715.145,82	-
Transferências Concedidas	-150.988.955,07	-
Intergovernamentais	-2.866.260,00	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-2.866.260,00	-
Intragovernamentais	-128.071.076,52	-
Outras Transferências Concedidas	-20.051.618,55	-
Outros Desembolsos Operacionais	-5.966.450.763,22	-
Dispêndios Extraorçamentários	-35.689.518,12	-
Transferências Financeiras Concedidas	-5.930.755.580,34	-
Valores Compensados	-5.664,76	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.592.500,88	-
INGRESSOS	45.070.862,36	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	45.070.862,36	-
DESEMBOLSOS	-67.663.363,24	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-50.870.112,14	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-16.793.251,10	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-34.959.681,99	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-34.959.681,99	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-34.959.681,99	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.787.416.078,90	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.069.603.157,66	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.282.187.078,76	-

5. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.778.648.961,44	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	350.184.872,13	-
Taxas	350.184.872,13	-
Contribuições	1.324.826.582,89	-
Contribuições Sociais	3.420.439,60	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.321.406.143,29	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	428.167.951,80	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	428.167.951,80	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	54.181.721,35	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.255.404,71	-
Juros e Encargos de Mora	1.242.454,91	-
Variações Monetárias e Cambiais	735.608,40	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	50.948.253,33	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.379.930.170,75	-
Transferências Intragovernamentais	2.333.065.568,51	-
Transferências das Instituições Privadas	41.058.746,47	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.805.855,77	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	17.982.471,30	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.047.977,57	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	15.934.493,73	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.223.375.191,22	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	35.292.656,55	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.188.082.534,67	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.873.663.722,38	-
Pessoal e Encargos	632.042.717,51	-
Remuneração a Pessoal	481.343.951,58	-
Encargos Patronais	129.644.178,64	-
Benefícios a Pessoal	11.751.869,28	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	9.302.718,01	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	39.992.175,04	-
Aposentadorias e Reformas	15.897.142,37	-
Pensões	2.478.573,44	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.616.459,23	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	722.510.637,36	-
Uso de Material de Consumo	1.084.722,60	-
Serviços	516.538.949,41	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	204.886.965,35	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.738.613,74	-
Juros e Encargos de Mora	8.728.591,49	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.734,06	-
Descontos Financeiros Concedidos	7.288,19	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.344.541.677,65	-
Transferências Intragovernamentais	6.315.300.617,42	-
Transferências Intergovernamentais	22.707.561,82	-
Transferências ao Exterior	223.356,40	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.310.142,01	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	87.014.883,85	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.732.169,30	-
Perdas com Alienação	109.469,32	-
Perdas Involuntárias	1.045.100,29	-
Incorporação de Passivos	26.826.599,33	-
Desincorporação de Ativos	57.301.545,61	-
Tributárias	19.033.494,69	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.333.071,17	-
Contribuições	3.700.423,52	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	19.789.522,54	-
Incentivos	455.100,00	-
Constituição de Provisões	15.774.490,66	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.559.931,88	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-2.095.014.760,94	-

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.414.659.481,22	12.947.901,75	-	93.584.691,92	-	7.210.443.194,26	-	-110.886,76	10.731.524.382,39
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	6.560.801,19	-	-	-	202.649.831,00	-	-	209.210.632,19
Aumento/Redução de Capital	12.947.901,75	-9.102.661,75	-	-	-	-	-	-	3.845.240,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	277.114,68	-	-	277.114,68
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.095.014.760,94	-	-	-2.095.014.760,94
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	3.427.607.382,97	10.406.041,19	-	93.584.691,92	-	5.318.355.379,00	-	-110.886,76	8.849.842.608,32

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Balanço Patrimonial

Nota 01

Inicialmente, cumpre destacar que o Órgão 41000 – Ministério das Comunicações foi ativado no SIAFI no exercício de 2021, recebendo os saldos contábeis das Unidades Gestoras 110319 – SECOM/PR e 240267 – SETEL/MCTI; e, como Órgão Superior, os saldos dos Órgãos Vinculados 20415: Empresa Brasil de Comunicação – EBC; 24216: Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS; 41231: Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; 41232: Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST; E 41903: Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL. Assim, não há base de comparação (saldos no exercício de 2020) para análise horizontal do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos contábeis.

Nota 02 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério das Comunicações e Órgãos vinculados:

Órgão	Valor em R\$	%
EBC	287.485.022,96	5,44%
Telebrás	984.158.154,73	18,63%
Ministério das Comunicações	38.538.022,86	0,73%
Anatel	3.934.521.658,07	74,49%
Funttel	37.484.220,14	0,71%
Total	5.282.187.078,76	100,00%

Do valor registrado na Anatel, 94% se referem a recursos próprios vinculados a pagamento de pessoal.

Relativamente à Telebras, 84% dos valores registrados se referem a recursos de adiantamento para futuro aumento de capital, aplicados pelo Órgão em Fundos no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Nota 03 – Bens Móveis

Os bens móveis do Órgão Superior, representam 33,24% do ativo total, sendo que 83% desse grupo de ativos estão registrados na Telebrás. A seguir, a composição do total registrado em bens móveis no Ministério das Comunicações.

Bens Móveis	Valor em R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	264.476.643,60
Bens de Informática	2.712.433.252,50
Móveis e Utensílios	30.188.950,13
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	190.829.728,65

Veículos	11.159.757,61
Bens Móveis em Andamento	668.930.834,28
Bens Móveis em Almoxarifado	3.372,00
Demais Bens Móveis	104.283.098,34
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.331.274.958,75)
Redução ao Valor Recuperável	(5.436.581,76)
Total	2.645.594.096,60

Nota 04 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam um valor bruto de R\$ 528.464.771,62 (quinhentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos), 4,69% do ativo total, categorizados conforme o quadro.

Bens Imóveis	Valor em R\$
Bens de Uso Especial	473.447.249,06
Bens Imóveis em Andamento	18.003.254,09
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	5.263.728,78
Instalações	59.539.563,47
Demais Bens Imóveis	5.788.311,70
Deprec. Acum. /Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(33.577.335,48)
Total	528.464.771,62

Destaca-se que aproximadamente 82% desse valor está registrado no ativo da Anatel.

Nota 05 - Ajustes para Perdas de Créditos (LP)

O valor de R\$ 19,5 bilhões se refere, quase que em sua totalidade, a ajuste de perdas estimadas em créditos (tributários e não tributários) da Anatel e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, vinculados àquela agência e registrados em seu sistema interno de gestão de crédito (SIGEC).

Nota 06 – Dívida Ativa

Dívida Ativa Tributária

Do valor de R\$ 2,9 bilhões, a maior parcela se refere a contribuições para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST (R\$ 2,8 bilhões), e o restante às Taxas de Fiscalização de instalação (TFI) e Taxas de Fiscalização de Funcionamento (TFF), devidas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL e inscrita pela ANATEL.

Dívida Ativa não Tributária

Os valores, R\$ 16.944.852.671,95 (dezesseis bilhões, novecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos) se referem à dívida ativa inscrita pela ANATEL relativa às outorgas e multas previstas na Lei Geral de Telecomunicações, devidas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.

Do total, R\$ 12,38 bilhões se referem às multas registradas até o exercício de 2020.

Do montante inscrito em dívida, R\$ 12 bilhões se referem a débitos do Grupo Oi que, em novembro de 2020, celebrou acordo com a Anatel, por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), nos termos da Lei nº 13.988/2020, com o objetivo de encerrar litígios.

Nota 07 – Fornecedores

Os valores correspondentes a fornecedores representam 4,73% das obrigações do Órgão, e apresentam a seguinte composição:

Fornecedores e Contas a Pagar	Valor em R\$
Curto Prazo	91.847.248,59
Nacionais	91.847.248,59
Longo Prazo	148.083.353,36
Nacionais	148.083.353,36
Total	239.930.601,95

Essas obrigações estão assim distribuídas entre os órgãos do Ministério das Comunicações:

Órgão	Valor em R\$
20415 EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A.- EBC	2.762.453,10
24216 TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A	229.325.572,40
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	7.662.680,19
41231 AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	137.997,10
41903 FUNDO P/O DESENV.TECNOL.DAS TELECOMUNICACOES	41.899,16
Total	239.930.601,95

Nota 08 – Adiantamento de Clientes – LP

O valor de R\$ 456 milhões, registrado no passivo da Telebras, se refere a valores repassados pelos Ministérios da Defesa – MD e da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, referente aos serviços contratados por esses Órgãos.

Nota 09 – Financiamentos – Interno

Os valores registrados nas contas de Financiamento do Ativo Permanente (curto e longo prazo), são relativos à captação de recursos junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Empresa Pública Vinculada ao MCTI) para financiamento de projeto de desenvolvimento de Satélite, pela Telebras.

Nota 10 – Outras Obrigações a Curto Prazo

O valor total de R\$ 242.832.923,73 (duzentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), que representa 99% do grupo “Outras Obrigações a Curto Prazo”, se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados pela Secretaria de Telecomunicações – SETEL, pela Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM e pela Empresa Brasileira de Comunicação – EBC com outros Órgãos da Administração.

Nota 11 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo, representam 16,83% do ativo total do Órgão, num valor aproximado de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), relativos a contratos firmados pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL. Os principais

devedores são: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Nota 12 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O valor de aproximadamente 1,47 bilhão de reais, registrado no passivo da Telecomunicações Brasileira S.A. – Telebras, aguarda a deliberação para definição do momento em que o aumento de capital será integralizado pela empresa.

2. Balanço Orçamentário

Nota 13 – Composição do Balanço Orçamentário

O Orçamento do exercício 2021, foi aprovado pela Lei 14.144, de 22 de abril de 2021.

O regime orçamentário segue o previsto no art. 35 da Lei 4.320/1964: “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Quanto à classificação adotada, está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021 (Lei 14.116/2020).

Cumpre destacar que não houve utilização de Superávit Financeiro, nem abertura de créditos especial e extraordinário no 3º trimestre de 2021. Também não atualizações monetárias do orçamento.

Nota 14 – Restos a Pagar

A Lei nº 4.320, de 23 de dezembro de 1964, em seu artigo 36, define Restos a Pagar como “as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas”.

Configura-se como Restos a Pagar Processados aqueles cujo 2º estágio da despesa orçamentária (liquidação) já foi realizado, enquanto os Restos a Pagar não Processados, são os que a despesa se encontra pendente de liquidação, isto é, o empenho se encontra a liquidar ou em liquidação.

Nesse sentido, os quadros a seguir mostram a posição dos Restos a Pagar – RP do Ministério das Comunicações e seus Órgãos Vinculados, em 30/09/2021:

Restos a Pagar Processados					
Órgão	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
EBC	22.010.851,86	7.761.876,95	40.016,57	19.641.109,65	10.091.602,59
TELEBRAS	5.521.368,12		267.883,35	5.253.209,01	275,76
MCOM	7.849.181,81				7.849.181,81
ANATEL	27.187.534,69	35.639,64		27.184.074,05	39.100,28
FUNTTEL					
TOTAL	62.568.936,48	7.797.516,59	307.899,92	52.078.392,71	17.980.160,44

Restos a Pagar Não Processados							
Órgão	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Liquidados a Pagar	Pagos	A Pagar	Bloqueados
EBC	40.168.086,80	15.136.114,50	3.772.330,46	150.000,00	23.663.653,15	27.868.217,69	6.389.657,93
TELEBRAS	102.360.712,93		22.142.362,59	39.286,59	68.041.118,53	12.177.231,81	

MCOM	140.932.170,72			22.536,32	82.126.896,79	58.805.273,93	12,11
ANATEL	75.803.575,71	28.973.264,32	4.664.761,37	0,00	32.424.705,87	67.687.372,79	13.554.684,99
FUNTTEL	401.625,11			0,00	349.248,50	52.376,61	
TOTAL	359.666.171,27	44.109.378,82	30.579.454,42	211.822,91	206.605.622,84	166.590.472,83	19.944.355,03

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 15 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representando aproximadamente 23% das variações patrimoniais aumentativas, as contribuições de intervenção no domínio econômico se referem aos valores recolhidos à Anatel e ao Fust, devidos sobre a prestação de serviços de telecomunicações, conforme composição a seguir:

Órgão Arrecadador	Base de Arrecadação	Valor (em R\$)	%
ANATEL	Contribuição Sobre a receita das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações	656.294.903,95	49,67%
ANATEL	Prestação dos serviços de telecomunicações explorados diretamente pelo executivo ou outorgados por este a entidades de sua administração direta	318.533.646,27	24,11%
FUST	Contribuição devida pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, a alíquota de 0,5% sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de telecomunicações no regime público e privado	346.343.771,13	26,11%
Total		1.321.406.143,29	100,00%

Nota 16 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Do valor aproximado de R\$ 1,12 bilhão registrados nessa categoria, 95% se referem à receita oriunda de multas por infrações administrativas previstas na Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997), recolhida ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, sob administração da Anatel.

Nos 5% restantes, estão registrados R\$ 45.070.862,36 (quarenta e cinco milhões, setenta mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos), que se referem ao recebimento de contratos de financiamento pelo Funttel.

Esse grupo de contas representam 20,56% das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's, do Ministério das Comunicações.

Nota 17 – Taxas

Representando 6,06% das VPA's, as taxas somaram o valor de R\$ 350.184.872,13 (trezentos e cinquenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e treze centavos). Nessa categoria estão englobadas as taxas previstas em lei, arrecadadas pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, devidas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência:

- Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, no momento da emissão do certificado de licença para o funcionamento das estações; e

- Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, anualmente, pela fiscalização do funcionamento das estações.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador

LIGIA DE ALMEIDA SILVA
Contadora Responsável
Ministério das Comunicações